

continuação

Monte Rodovias S.A.

vigentes a partir de 14 de junho de 2024, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual. **Concessionária Litoral Norte S.A.:** Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CLN. A CLN, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000. **Concessionária Rota Dourada S.A.:** A Monte Rodovias S.A. participou do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 58/2024, referente à concessão dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário estadual composto pelo Lote 8 (Rodovias MT-170 e MT-220), com extensão total de 344,15 km, tendo apresentado a melhor proposta no certame. Houve a interposição de recursos administrativos questionando atos praticados no certame. Posteriormente, a matéria foi judicializada. Em 19 de fevereiro de 2026, foi concedida a segurança no Mandado de Segurança nº 1035132-50.2025.8.11.0000, que anulou a determinação do Tribunal de Contas anteriormente proferida para suspender o feito, determinando expressamente o restabelecimento da homologação e da adjudicação. Em decorrência da referida decisão judicial, a SINFRAM/MT emitiu comunicado, em 20 de fevereiro de 2026, reconhecendo a legalidade dos atos praticados pela Administração, determinando a continuidade do certame por razões de interesse público e a adoção das providências necessárias à formalização e assinatura do Contrato de Concessão. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **i. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 15 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas 8, 13 e 14 - reconhecimento e mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **ii. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9: equivalência patrimonial e aquisição de negócios: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **iii. Mensuração a valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar a valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto nos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **3. Políticas contábeis materiais: (a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo"). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no capital social (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
Monte Rodovias Nordeste Holding Participações S.A. ("MRNE")	Direto	Brasil	100,00	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota Dourada S.A. ("CRD")	Direto	Brasil	100,00	-

Combinação de negócios: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificáveis na adquirida. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Para ser classificadas como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direitos aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados

abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Redução do valor recuperável: Ativos financeiros:** O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuro estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação. **(d) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. **(e) Ativos intangíveis e ágio: Reconhecimento e mensuração: Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Ativos intangíveis:** A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear a qual está limitado ao prazo final da concessão. **Outros ativos intangíveis:** Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os outros intangíveis do Grupo são softwares e tem a taxa de amortização de 20% a.a. **(f) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **(g) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis prestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. **Provisão para contingências:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, civis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **(h) Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento

que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **(i) IRPJ e CSLL - correntes e diferidos:** O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. As Concessionárias são beneficiárias do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudos Constitutivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da CSLL e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. **(j) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores. **(k) Receita de contrato com cliente:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável. **Receitas de pedágio:** A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **Receitas de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão", que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **Receitas acessórias:** As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **(l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **(m) Benefícios a empregados - Plano de Contribuição Definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(n) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **(o) Informações por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **4. Novas normas interpretações:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. • IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 21 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não foram identificadas outras normas e/ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo. **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras. A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de R\$):

	Controladora				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	45	45	45	-	-
Passivo de arrendamento	185	185	185	-	-
Total	230	230	230	-	-
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	60	60	60	-	-
Passivo de arrendamento	452	464	276	188	-
Total	512	524	336	188	-

Consolidado

	Controladora				
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	27.396	27.396	27.396	-	-
Empréstimos e financiamentos	615.081	786.647	34.701	85.601	248.880
Debêntures	246.430	478.956	10.876	29.119	99.503
Passivo de arrendamento	32.510	33.635	6.087	17.235	10.313
Total	921.417	1.326.634	79.060	131.955	358.696
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	23.730	23.730	23.730	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.394	967.418	99.890	92.836	261.804
Debêntures	881.232	1.942.039	47.411	55.081	630.752
Passivo de arrendamento	7.020	7.330	5.147	2.183	-
Total	1.582.376	2.940.517	176.178	150.100	892.556

d) Risco de crédito: As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia e suas controladas não terem exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista. **e) Risco de mercado: Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir: **(i) Seleção dos riscos:** A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA. **(ii) Seleção dos cenários:** A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	Cenário I					Cenário II					Cenário III				
	2025	2026	2027	2028	2029	2025	2026	2027	2028	2029	2025	2026	2027	2028	2029
TJLP (*)	9,1%	8,1%	7,2%	7,0%	7,0%	9,56%	7,65%	6,6%	6,4%	6,2%	11,48%	9,56%	8,5%	8,3%	8,1%
CDI (*)	14,3%	13,4%	12,0%	10,6%	10,6%	15,24%	12,19%	10,7%	10,4%	10,2%	18,28%	15,24%	13,7%	13,4%	13,1%
IPCA (*)	4,5%	4,0%	3,5%	3,5%	3,5%	4,87%	4,39%	3,9%	3,8%	3,7%	5,84%	4,87%	4,3%	4,2%	

(*) Fonte: Itaú BBA Dez./2025. Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, considerando um horizonte de 12 meses, foram estimados com uma deterioração razoável de 25% e 50% de acordo com uma variação possível e razoavelmente possível respectivamente, em relação à estimativa provável. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações de TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025 a administração entende que os parâmetros de oscilação em torno de 25% e 50%, no ambiente macroeconômico atual, criam camadas suficientes para a devida análise de riscos, sendo envoltórias dos resultados bons delimitadores de cenários desde provável a remota ocorrência, conseguindo testar assim a resiliência do ativo alavancado em questão. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso possível	Adverso extremo	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	7,65%	9,56%	7,65%	11,48%	7,65%	11,48%
CDI	12,19%	15,24%	12,19%	18,28%	12,19%	18,28%
IPCA	3,89%	4,87%	3,89%	5,84%	3,89%	5,84%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2025 a 2029 das taxas apresentadas acima. **(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Cenário I			Cenário II			Cenário III		
			Provável	Possível	Extremo	Provável	Possível	Extremo	Provável	Possível	Extremo
Empréstimo BNB – CBN	2026	Alta da TJLP	(741)	(743)	(744)	(741)	(743)	(744)	(741)	(743)	(744)
Empréstimo Desenharia – CBN	2033	Alta da TJLP	(8.874)	(9.272)	(9.664)	(8.874)	(9.272)	(9.664)	(8.874)	(9.272)	(9.664)
Empréstimo Desenharia – CBN	2034	Alta da TJLP	(22.988)	(24.191)	(25.376)	(22.988)	(24.191)	(25.376)	(22.988)	(24.191)	(25.376)

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Cenário I			Cenário II			Cenário III		
			Provável	Possível	Extremo	Provável	Possível	Extremo	Provável	Possível	Extremo
Empréstimo Desenharia – CBN	2026	Alta do IPCA	(366.073)	(403.483)	(441.426)	(366.073)	(403.483)	(441.426)	(366.073)	(403.483)	(441.426)
Debêntures – CRC	2037	Alta do IPCA	(146.523)	(158.351)	(171.301)	(146.523)	(158.351)	(171.301)	(146.523)	(158.351)	(171.301)
Empréstimo BNB – CBN	2025	Alta do IPCA	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)
Empréstimo BNB – CBN	2037	Alta do IPCA	(52.854)	(60.268)	(67.625)	(52.854)	(60.268)	(67.625)	(52.854)	(60.268)	(67.625)

premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025. **5.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **5.3. Instrumentos financeiros por categoria:** A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalente de caixa						
6	Nível 2	1	10.690	10.690	2.375	2.375
Total						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Fornecedores						
		2	45	45	59	59
Arrendamentos						
		2	185	185	452	452
Total						
			230	230	511	511

Consolidado

Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalente de caixa						
6	Nível 2	1	222.904	222.904	191.835	191.835
Fundos restritos						
7	Nível 2	1	27.390	27.390	25.659	25.659
Contas a receber						
8		2	36.881	36.881	31.147	31.147
Total						
			287.175	287.175	248.641	248.641
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos e financiamentos						
		11	615.081	615.081	670.394	670.394
Debêntures						
		12	246.430	246.430	881.232	881.232
Fornecedores						
		2	27.396	27.396	23.729	23.729
Arrendamentos						
		2	32.510	32.510	7.020	7.020
Outras obrigações, excluindo obrigações legais						
		2	5.577	5.577	6.198	6.198
Total						
			926.994	926.994	1.588.573	1.588.573

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado **Técnicas de mensuração do valor justo:** O Grupo avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e caucões contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, aproximam-se dos seus valores justos, uma vez que quase sua totalidade destes instrumentos são compostos, majoritariamente, por títulos pré-fixados sem previsão contratual de marcação. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa de desconto ajustada ao risco de cada ativo. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6	1	22.651	11.719
Aplicações financeiras (a)	10.684	2.374	200.253	180.116
Total	10.690	2.375	222.904	191.835

(a) As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 92% e 101% (98% e 100,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade. **7. Fundos restritos:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 27.390 (R\$ 25.659 em 31 de dezembro de 2024), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remuneradas pela variação do CDI entre 98% e 100,25% (98% e 100,25% em 31 de dezembro de 2024) As controladas do Grupo mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas. As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	247.298	
Aplicação	5.622	
Rendimento	12.021	
Resgates	(239.283)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.659	
Aplicação	144	
Rendimento	3.668	
Resgates	(2.081)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.390	

8. Contas a receber: a) Composição do contas a receber:

	Consolidado	
	2025	2024
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	30.905	25.174
Demanda de risco (ii)	338	769
Receitas acessórias (iii)	7.607	5.884
Contas a receber	38.850	31.827
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.969)	(680)
Total	36.881	31.147

(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. (ii) Conforme definido no contrato de concessão da CRC, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente. (iii) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo de maior relevância para passagem de fibra ótica, cabos de energia e regularização de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão, prazo de recebimento conforme negociação de cada contrato **b) Aging do contas a receber:**

	2025	2024
Créditos a vencer	32.652	28.558
Créditos vencidos até 60 dias	2.197	1.222
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	547	97
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	521	470
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.933	1.480
Total	38.850	31.827

c) Movimentação da PECLD:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(680)	
(+) Adições (i)	(1.289)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.969)	

(i) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2025, foram provisionados para perdas esperadas o montante de R\$ 1.289. A Companhia avalia sua provisão para perda por redução ao valor recuperável de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, determina que sejam consideradas as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito os montantes de ultrapassam o prazo de 90 dias. **9. Investimentos:**

	Controladora	
	2025	2024
Controlada direta	819.560	141.876
MRNE		

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 2024	Equivalência patrimonial	Ajustes anteriores	Investimentos realizados	Aumento de capital	Saldo em 2025
MRNE	100	141.876	(78.020)	(992)	14	756.682	819.560
Total							
		141.876	(78.020)	(992)	14	756.682	819.560

(i) Em 24 de setembro de 2024 foi aprovado a deliberação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 40.000 da Monte Rodovias Nordeste para Monte Rodovias. O pagamento foi efetivado em 25 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 foi registrado dividendos propostos no montante de R\$ 2.000. **Informações acerca das investidas diretas:**

Investidas	Participação	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Ajustes anteriores	Dividendos (i)	Saldo em 2024
MRNE	100	600.027	3.783	(42.000)	(419.934)	141.876

Informações acerca das controladas indiretas:

Investidas	Participação	Saldo em 2023	Equivalência patrimonial	Ajustes anteriores	Dividendos (i)	Saldo em 2024
CRC	100	26.150.154	10			

continuação		Monte Rodovias S.A.		Consolidado		
Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	2025	2024
CBN (i)	Desenhahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	6.315	7.172
CBN (ii)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	417	1.670
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	8,7% a.a.	173.642	198.364
CBN (iv)	Desenhahia	2032	R\$	8,7% a.a.	12.065	13.878
CBN (v)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	126.781	142.171
CBN (vi)	Desenhahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	15.484	17.194
CBN (vii)	BNB	2035	R\$	7,17% a.a.	176.625	178.278
CBN (viii)	Desenhahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	2.907	7.262
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	-	923
CBN (x)	BNB	2037	R\$	24,75% a.a. IPCA + 2,80% a.a.	-	3.703
Custos de captação e estruturação				R\$	(2.714)	(3.794)
Total					615.081	670.394
Passivo circulante					34.701	39.754
Passivo não circulante					580.380	630.640
<p>(i) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e (ii) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses; (iii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iv) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (v) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. (vii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (viii) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; (ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. (x) Firmado pela CBN em 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023, R\$ 72.000 desembolsados até 31 de dezembro de 2024 e saldo restante previsto para saque até março de 2026. a.1) Custo de captação: Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. a.2) Garantias: As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenhahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e empenhos, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa; a.3) Cláusula restritiva ("covenants"): Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") não financeiros, os quais foram cumpridos em 31 de dezembro de 2025. b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos: Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:</p>						
Saldo em 31 de dezembro de 2023					652.394	
(+ Captação					72.000	
(+ Juros incorridos					44.331	
(+ Juros capitalizados					559	
(- Juros pagos					(45.814)	
(- Amortizações					(52.663)	
(+/-) Custos da transação					(413)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024					670.394	
(+ Juros incorridos					42.266	
(+ Juros capitalizados					833	
(- Juros pagos					(45.594)	
(- Amortizações					(53.896)	
(+/-) Custos da transação					1.078	
Saldo em 31 de dezembro de 2025					615.081	
Em 31 de dezembro de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:						
Cronograma de amortização da dívida					2025	2024
2026					49.746	
2027					48.006	48.006
2028					49.225	49.225
2029 em diante					483.142	483.662
Total					580.380	630.640
Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, até 31 de dezembro de 2024, foi recebido R\$ 102.000, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até março de 2026. 12. Debêntures: a) Composição das debêntures:						
				Consolidado		
				2025	2024	
Debêntures IPCA - 12431 (i)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	187.827	183.514
Debêntures IPCA (ii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	69.231	66.936
Debêntures DI (iii)	CLN	2030	R\$	DI + 3,90%	-	191.810
Debêntures (iv)	MRNE	2032	R\$	DI + 4,30%	-	474.310
Custos de captação e estruturação					(10.628)	(35.338)
Total					246.430	881.232
Passivo circulante					8.461	3.800
Passivo não circulante					237.969	877.432
Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciária das totalidades das ações da Emissora ("Companhia") e da MRNE, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da MRNE e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações da controlada da MRNE (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva). Em outubro de 2023, foi acionado a cláusula de step-up de taxa para IPCA + 11,5% devido ao não atingimento de meta de amortização extraordinária da debênture; (f) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de						
Saldo em 31 de dezembro de 2023					32.671	
Provisão					57.638	
Reversão					(37.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024					53.259	
Provisão					54.063	
Crédito no 13.2.1434.1. (ii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (a) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1 (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.", celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão ("Primeira Emissão de Debêntures"); (b) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do "Programa de Exploração Rodoviária - PER". (iii) Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou o saldo da segunda série da emissão. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (a) aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo. Em 23 de dezembro de 2025 foi liquidada o saldo remanescente da primeira série, por decisão estratégica da companhia. (iv) Em 15 de agosto de 2024, a MRNE emitiu 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures, com valor nominal de R\$1 (mil reais). As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como DI + 4,30%. O prazo total é de 8 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Em 23 de dezembro de 2025 a debênture foi liquidada, por decisão estratégica da companhia. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (a) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Monte Rodovias Nordeste Holding Participações S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (c) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio. Cláusula restritiva ("covenants"): Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2025. Na CRA, o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022. Na CRC, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023. Na CLN, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2024.						
Saldo em 31 de dezembro de 2023					82.342	509.657
(+ Captação					450.000	
(+ Juros incorridos					8.646	90.188
(+ Juros capitalizados					-	786
(- Juros pagos					(7.698)	(28.156)
(- Amortizações					(83.290)	(121.954)
(+/-) Custos da transação					-	(19.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2024					153.277	881.232
(+ Juros incorridos					630	
(+ Juros capitalizados					-	(168.778)
(- Juros pagos					-	(644.639)
(- Amortizações					-	24.708
(+/-) Custos da transação					-	246.430
Em 31 de dezembro de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:						
Cronograma de amortização da dívida					2025	2024
2026					6.800	
2027					8.500	16.409
2028					9.600	31.935
2029 em diante					219.869	822.285
Total					237.969	877.432
13. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriam o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:						
a) Composição da Provisão para contingências:					Consolidado	
				2025	2024	
Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais			
7.156	5.631	2.407	2.300	12.288	11.552	
b) Movimentação da Provisão para contingências:					Consolidado	
				2025	2024	
Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais			
13.500	1.637	18	453	15.608	15.608	
Saldo em 31 de dezembro de 2023					15.608	
(+ Aquisições					3.858	2.824
(+ Adições					3.657	411
(+ Apropriação de juros					1.971	1.088
(- Reversões					(13.824)	(2.076)
(- Pagamentos					(3.531)	(1.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2024					5.631	2.300
(+ Adições					5.045	847
(+ Apropriação de juros					3.615	1.147
(- Reversões					(2.168)	(497)
(- Pagamentos					(4.967)	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2025					7.156	2.407
Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas enfrentam ações que envolvem riscos de perdas possíveis, conforme avaliação da administração e seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 154.395 (R\$ 196.495 em 31 de dezembro de 2024). A variação do período deve-se à baixa do procedimento arbitral nº 76/2017/SEC4, no montante de R\$ 58.439, em razão de acordo mútuo entre as partes para finalização do processo relacionado ao Consórcio Sistema BA 093 na CBN.						
c) Provisões Cíveis: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. b) Provisões Trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros. c) Provisões Tributárias: As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia. A reversão no período decorre, principalmente, de uma reavaliação das premissas jurídicas aplicáveis ao processo de auditoria especial TC 1729275-0, em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Este processo foi reclassificado como remoto, devido à contingência ser insensurável, dada a ausência de expectativa de desembolso de recursos pela Companhia e a falta de elementos técnicos para a liquidação do processo. d) Provisões Ambientais: As demais provisões da Companhia referem-se a demandas ambientais decorrentes do período de obras, licenciamento, arbitragem e pleitos administrativos regulatórios. 14. Provisão para manutenção: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava saldo de R\$ 68.639 (R\$ 53.259 em 31 de dezembro de 2024), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo: a) Movimentação da provisão para manutenção:						
Saldo em 31 de dezembro de 2023					32.671	
Provisão					57.638	
Reversão					(37.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024					53.259	
Provisão					54.063	
Reversão						
Saldo em 31 de dezembro de 2025					68.639	
Passivo circulante					5.976	8.109
Passivo não circulante					62.663	45.150
Total					68.639	53.259
• R\$ 39.854 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 12,38% a.a.; • R\$ 645 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 14,28% a.a.; e • R\$ 12.402 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 15,35% a.a. • R\$ 15.738 constituída pela CLN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,48% a.a. 15. Impostos de renda e CSLL diferidos: O IRPJ e CSLL, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do IRPJ e CSLL diferido está em conformidade com o disposto no Pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava os seguintes saldos de IRPJ e CSLL diferidos:						
				Saldo em 31 de dezembro		
				Valor	Ativo	
				fiscal	fiscal	
				liquido	diferido	
				em 1º de janeiro	em 31 de dezembro	
				Reconhecido	Reconhecido	
				em 1º de janeiro	em 31 de dezembro	
				Resultado	Resultado	
				em 1º de janeiro	em 31 de dezembro	
				2025	2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027	2026	
				Total	Total	
				31/12/2025	31/12/2024	
				2025	2024	
				2026	2025	
				2027		

continuação **Monte Rodovias S.A.**

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador
CRC 1SP23212/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**
✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

